

Sociologias

Sociologias

ISSN: 1517-4522

revsoc@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do
Sul
Brasil

do Carmo, Renato Miguel

A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação

Sociologias, vol. 11, núm. 21, junio, 2009, pp. 252-280

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819550011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^odalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação

RENATO MIGUEL DO CARMO*

Resumo

Este artigo propõe uma leitura sobre o espaço rural tendo por base a sua oposição/relação com o urbano. Neste sentido, se desde os meados do século XIX até praticamente ao último terço do século XX, a análise sociológica clássica determinou um dualismo conceptual e analítico entre estes dois mundos, a partir de determinada altura reequacionou-se o significado limitativo da visão binária introduzindo-se, para o efeito, uma concepção mais complexa de cariz eminentemente relacional. Actualmente identificam-se três perspectivas modelares sobre o rural que realçam diferentes evoluções estruturais, mas que não são necessariamente exclusivas e alternativas. Pelo contrário, cada vez mais as realidades do mundo rural se abrem a novos sentidos que não se encaixam necessariamente nas tendências gerais que afectam as zonas mais urbanas.

Palavras-chave: Rural. Urbano. Espaço. Transformações sociais.

* Sociólogo, investigador (pós-doc) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Introdução

O presente artigo¹ debruçar-se-á sobre os vários modos de categorizar o espaço rural tendo como referência a oposição/relação estabelecida com o *urbano*². Na verdade, com o desenvolvimento da industrialização, a organização da sociedade começou a ser interpretada por vários autores, a partir da formulação de conceitos que pretendiam caracterizar cada um destes “mundos”.

Uma das conceptualizações mais clássicas do pensamento sociológico deve-se a Ferdinand Tönnies (1989 [1887]) que propõe a oposição entre *comunidade* e *sociedade* e que ilustra o tipo de interpretação sociológica que se construiu nos finais do século XIX e influenciou decisivamente os estudos sobre o rural e o urbano realizados ao longo do século XX.

Assim, no entender de F. Tönnies, a comunidade é definida a partir da noção de harmonia social na qual dominam as relações de afectividade e de intimidade que confluem para o interesse e permanência da colectividade, a qual, por sua vez, se reproduz através da conjunção entre tradição e natureza. A sociedade, em contrapartida, fomenta o individualismo e o conflito social, através de relações essencialmente utilitárias e aparentes que inviabilizam a pertença a qualquer noção colectiva de “bem comum”. Com base nesta definição, facilmente se estabelece uma correspondência linear entre meio rural e comunidade, por um lado, e entre meio urbano e sociedade, pelo outro.

A estipulação desta oposição conceptual inaugura, de certa forma, a matriz analítica sobre as questões rurais e urbanas. Podemos referir que a

1 Este artigo corresponde à versão de uma parte revista do capítulo I da minha tese de doutoramento (v. 2005), entretanto publicada parcialmente em livro (v. CARMO, 2007).

2 Para uma análise aprofundada em torno das várias leituras modelares sobre o espaço urbano (mais particularmente a cidade) ver o capítulo II do livro intitulado **Contributos para uma sociologia do espaço-tempo** (CARMO, 2006).

análise sociológica elaborou um esquema de raciocínio binário a partir do qual definiu cada uma destas realidades sociais por oposição à outra. Como iremos ver, os estudos realizados nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX concebem uma visão dualista da sociedade na qual o meio urbano representa a modernização e como tal é o centro da sociedade, por oposição ao espaço rural, que engloba os sectores mais tradicionais, sendo, por isso, considerado como periférico.

Entre esses dois pólos generalizou-se, nas diversas análises, uma concepção gradualista que representou a localização geográfica do rural periférico face ao centro urbano, a partir da noção de *continuum*. A divisão territorial entre rural e urbano tendia assim a ser mediada por espaços intermédios. No entanto, a própria noção de *continuum* tem vindo a alterar-se em função das mudanças estruturais ocorridas nas sociedades.

Na primeira metade do século XX, a ideia de *continuum* identificava realidades sociais relativamente estanques e territorialmente delimitadas. R. Redfield (1989 [1960]) é o autor que melhor sistematiza esta representação espacial, por intermédio da definição de três tipos ideais de sociedade: as *pequenas comunidades* (ou primitivas), as *sociedades camponesas* e as *sociedades urbanas*. As primeiras são auto-suficientes e encontram-se imunes a qualquer tipo de ligação a territórios mais urbanizados; as segundas não são completamente autónomas e estabelecem algumas ligações com os meios urbanos (sobretudo, comerciais), as últimas representam as cidades mais desenvolvidas.

A partir dos anos 60, a noção de *continuum* passa a identificar a forma como os processos de modernização e de urbanização penetram nos territórios rurais e mais periféricos. A concepção de R. Pahl (1968) marca essa viragem de perspectiva, definindo uma representação mais dinâmica e menos determinista do *continuum* rural-urbano. Segundo este autor, as oposições e as respectivas gradações que se estabelecem entre os dois pólos desenvolvem-se a partir de distintas escalas espaciais (local,

nacional) e de diferentes situações económicas e sociais (por exemplo, a inserção de classe social). Daí que, para Pahl, seja questionável definir uma divisão dicotomizada e rígida entre territórios rurais e urbanos.

Todavia, apesar das reformulações conceptuais, podemos dizer que o significado sociológico da oposição rural-urbano foi persistindo até os dias de hoje no debate teórico das ciências sociais. Anunciou-se a morte do rural, mas também o seu renascimento, enfatizou-se a dominação da urbanização, ao mesmo tempo que se detectavam extensões da ruralidade no espaço urbano. Na verdade, os consensos foram sempre provisórios e limitados a um dado espaço-tempo histórico.

Ao longo deste artigo iremos, num primeiro momento, identificar as oposições “clássicas” que estruturaram, desde os finais do século XIX, a construção do modelo de interpretação dualista entre as realidades rural e urbana. Posteriormente, centrar-nos-emos no mundo rural com o intuito de compreender o modo como este pode ser definido à luz dos actuais processos que emanam da urbanização e da globalização.

A oposição rural-urbano

A organização espacial representa uma dimensão fundamental na maior parte das análises clássicas sobre os modos de vida rurais ou urbanos. Iremos sintetizar as noções e oposições estruturais que compõem estes estudos.

Iniciamos esta abordagem sobre o espaço por Emile Durkheim (1987 [1895]) que dedicou algumas páginas à importância dos factores morfológicos na análise dos fenómenos sociais. Uma das propostas analíticas mais interessantes é a noção de *meio interno*, apresentada como sendo uma unidade socioespacial definida a partir de duas dimensões interdependentes. Por um lado, a *densidade material* que se constitui a partir de dois níveis: o volume («número de habitantes por unidade de superfície») e o desenvolvimento das vias de comunicação e transmissão.

Por outro lado, a *densidade dinâmica* que corresponde ao «grau de coalescência dos segmentos sociais» (DURKHEIM, 1987: 128), isto é, o nível de concentração das relações interindividuais e, sobretudo, inter-grupais.

Número e concentração são os critérios morfológicos utilizados para caracterizar uma dada população que, devido à sua especificidade, distingue-se de outras. Durkheim estabelece assim uma correspondência linear entre a composição espacial, a proximidade física de um determinado conjunto populacional (densidade material) e a natureza e intensidade das relações sociais (densidade dinâmica). Neste sentido, a organização espacial espelha e reflecte-se na organização social, na medida em que a delimitação de um meio interno representa a identificação de um conjunto populacional e social relativamente homogêneo.

Georg Simmel (1997 [1903]), autor contemporâneo de Durkheim, concebe um raciocínio próximo do autor francês ao definir que a constituição da vida na metrópole resulta da relação directa entre o aumento numérico e territorial de uma aglomeração e o aumento das interações e comunicações recíprocas entre os indivíduos que vivem neste mesmo espaço. Segundo este autor, é devido à extensão numérica e à intensidade das relações sociais que o modo de vida urbano ganha a sua especificidade relativamente à vida aldeã.

Deste modo, a noção de densidade tornou-se fundamental para compreender a diferença entre rural e urbano. Louis Wirth (1997 [1938]), sociólogo da Escola de Chicago, elabora, na década de trinta do século XX, um dos mais famosos ensaios de Sociologia urbana, a partir do qual pretende caracterizar a cidade e o modo de vida urbano. Segundo este autor, duas das componentes essenciais do espaço urbano são, precisamente, a *dimensão* e a *densidade*³.

A extensão urbana e o aumento da densidade populacional são os factores de ordem morfológica responsáveis pelo aumento da diferencia-

3 A utilização destas noções expressa bem a influência de Durkheim na obra de Wirth e na maior parte dos autores da Escola de Chicago.

ção entre os homens e as suas actividades, provocando a compartimentação e especialização do espaço da cidade. «A luta pelo espaço é intensa e, por isso, cada área tende a ser reservada à actividade que garante as melhores contrapartidas económicas. O local de trabalho tende a dissociar-se do local de residência, pois a proximidade dos estabelecimentos industriais e comerciais torna a mesma área indesejável para fins habitacionais, tanto do ponto de vista económico, como do ponto de vista social» (WIRTH, 1997 [1938]: 55).

Integrado na intitulada Escola de Chicago, Ernest Burgess (1984 [1925]) aprofunda o estudo destes processos através da elaboração de um modelo sobre a organização espacial da cidade, composto por cinco “zonas concêntricas” relativamente homogêneas, que identificam a localização funcional, quer das actividades industriais e administrativas, quer das diversas áreas residenciais. O espaço da cidade é representado de forma descontínua, no sentido em que se define o limite de determinadas áreas e sectores. Este esquema estabelece assim uma correspondência linear entre a forma do espaço e o modo como se organizam os sistemas sociais constituídos por relações sociais de solidariedade e/ou de conflito.

A separação generalizada entre local de trabalho e local de residência é considerada por estes autores como o factor que mais contribui para o aumento da mobilidade espacial, a qual se manifesta na intensidade das deslocações e movimentações diárias dos habitantes das grandes cidades. A divisão espacial entre os vários locais frequentados por cada indivíduo durante o seu quotidiano (residência, empresa, escola, lojas...) altera o sentido das relações de proximidade, na medida em que a proximidade física pode deixar de representar proximidade afectiva e emocional⁴.

Tendo como referência o espaço aldeão, embora não o referencie, L. Wirth analisa um conjunto de alterações que se desenrolam na estrutura

4 Wirth baseia-se claramente na obra de Simmel (1997 [1903]) que descreve muito pormenorizadamente a relação entre proximidade física e distanciamento mental existente entre os habitantes das grandes metrópoles.

espacial das cidades urbanizadas. Por oposição aos critérios utilizados por este autor para definir o urbano, é possível caracterizar o espaço rural. Este é considerado pouco volumoso e pouco denso, havendo uma contiguidade espacial entre a residência e o local de trabalho. Concomitantemente, a mobilidade espacial é consideravelmente menor, existindo uma justaposição entre proximidade física e proximidade afectiva.

Robert Redfield explicitou claramente estes critérios para definir aquilo que designava como “little comunitiy”. Essas comunidades rurais caracterizavam-se tendo por base quatro critérios: a) *a distinção territorial* – a organização da vida comunitária estruturava-se em torno de um perímetro territorial bem definido, no qual se desenvolvia a estabilidade e a harmonia da vida rural; b) *a homogeneidade* – as actividades e os estados de espírito são similares para todas as pessoas que constituem a comunidade (independentemente da geração, do género...); c) *o tamanho* – são comunidades pequenas quando comparadas com a dimensão populacional das maiores cidades; d) tendem a ser *auto-suficientes*⁵ (REDFIELD, 1989 [1960]: 4). Como podemos depreender, o significado sociológico destes conceitos são a antítese dos critérios utilizados por L. Wirth para caracterizar o modo de vida urbano.

A organização espacial da aldeia⁶ tradicional não pode ser representada por intermédio de zonas diferenciadas, como foi proposto para a análise da cidade industrial. O espaço reflecte e materializa o nível de homogeneidade social que se vive numa aldeia camponesa, por isso, a sua

5 Em certa medida, as sociedades camponesas contemplam estas características. No entanto, segundo o autor, o seu grau de autonomia e de fechamento não é tão acentuado como nas pequenas comunidades (primitivas). Por exemplo, em relação a este último aspecto, Redfield considera que o nível de auto-suficiência das sociedades camponesas não é absoluto, pelo contrário, os contactos e as relações de dependência com outros espaços (nomeadamente, mais urbanizados) são relativamente regulares.

6 Nome que em Portugal designa um povoamento rural.

estrutura tende a ser relativamente simples e composta por níveis espaciais que se justapõem e se interpenetram. A este respeito, podemos citar o estudo de Brian O'Neill (1991), no qual se identificam quatro níveis espaciais⁷ que são continuamente apropriados durante o quotidiano por todos os indivíduos da comunidade rural.

Ao longo dos parágrafos precedentes inventariámos, a partir da leitura sistematizada de um conjunto de textos "clássicos", uma série de dualidades estruturais que opõem diferentes formas de organização espacial. Com base nesta análise, podemos considerar que o espaço rural se caracteriza essencialmente pela noção de *contiguidade* (entre local de residência e local de trabalho, entre proximidade física e proximidade afectiva), que advém, sobretudo, do baixo nível de densidade populacional.

Por oposição, devido ao volume, à densidade e à sua extensão, a forma do espaço urbano é claramente *descontínua*, como podemos depreender através dos vários processos identificados: separação entre local de trabalho e local de residência, divisão funcional do espaço, mobilidade espacial.

Estas diferenças socioespaciais condicionam e reflectem-se nas condutas dos indivíduos e na forma como estes interagem entre si.

A terceira dimensão avançada por Wirth para caracterizar o modo de vida urbano é a *heterogeneidade*. O aumento da mobilidade espacial e social faz com que o indivíduo passe a integrar diferentes grupos, nos quais a substituição de membros se processa de forma acelerada: «nenhum grupo assegura, em exclusividade, a fidelidade do indivíduo» (WIRTH, 1997 [1938]: 56). Em pleno contexto urbano, o indivíduo pode mudar facilmente de bairro, de local de trabalho, de empresa, de partido, etc. Esta situação contribui para uma efectiva diversificação das relações e dos papéis sociais.

Segundo Simmel, cada indivíduo pode pertencer simultaneamente a uma série de círculos sociais (que compreendem interesses específicos),

7 São eles, o *exterior*, o *nível comunal*, o *nível colectivo* e o *nível doméstico*.

isto é, cada indivíduo tem «(...) consciência da sua cidadania e da pertença a uma determinada camada social, podendo ser, por acréscimo, oficial na reserva, pertencer a algumas associações, possuir uma rede de contactos sociais pelos mais diversos círculos» (SIMMEL, 1989 [1923]: 574).

A múltipla pertença a vários círculos não desencadeia processos de divisão no indivíduo. Pelo contrário, este fenómeno fomenta uma maior integração do sujeito, num esforço mais completo de construir a sua singularidade. Pertencer, na sociedade moderna e urbana, a vários círculos é a prova de uma maior liberdade individual - comparativamente à sociedade tradicional, onde os indivíduos pertenciam a poucos círculos, na medida em que estes eram estanques e rígidos (a maior parte deles corporativistas).

Por seu turno, o rural caracteriza-se pela homogeneidade dos laços sociais, que normalmente se circunscrevem ao espaço restrito da aldeia, o que favorece a existência de um forte interconhecimento entre a população camponesa. Devido ao interconhecimento, desenvolve-se uma série de relações de entreajuda (ao nível das tarefas agrícolas, da vizinhança...), ao mesmo tempo que se incrementam formas de controlo social que limitam a acção individual. De tal maneira que um conjunto de autores considera que o sujeito central da aldeia é representado pela noção de “nós”, na medida em que a maior parte dos aldeãos partilham a mesma visão do mundo, o mesmo sistema de valores e os mesmos códigos linguísticos (MENDRAS, 1978; PINTO, 1985; RÉMY e VOYÉ, 1994; ESPÍRITO SANTO, 1999).

R. Redfield (1989 [1960]) foi dos primeiros autores a sistematizar estas características que compõem as comunidades camponesas, em grande medida por contraposição às análises desenvolvidas por autores seus contemporâneos, como L. Wirth e outros investigadores da Escola de Chicago, que se dedicavam ao estudo das questões urbanas. Daí que Redfield enfatize as componentes da vida campesina, que definia como “*the good life*” e, que segundo o autor, assentava numa relativa harmonia social

identificada numa forte pertença a um “nós” integrador. Este antropólogo exaltou sobremaneira, o carácter e o espírito campesino que se expressavam, entre outros factores, na vincada pessoalização das relações de sociabilidade em face da dominância das relações distantes e impessoais que se generalizavam nas grandes cidades.

De facto, o desenrolar da vida urbana centra-se sobretudo no indivíduo que, segundo Simmel, tende a manifestar uma série de atitudes de *indiferença* e de *reserva* perante o “outro”, o que, no entender do autor, representa uma consequência objectiva do nível de densidade populacional: «se aos incessantes contactos públicos das pessoas das grandes cidades correspondessem as mesmas reacções interiores dos contactos que têm lugar na pequena localidade onde cada um conhece e tem uma relação activa com quase todas as pessoas que encontra, estaríamos completamente atomizados interiormente e cairíamos numa condição mental deplorável» (SIMMEL, 1997 [1903]: 36).

A generalização do anonimato nas grandes cidades contribui decisivamente para um conjunto de atitudes de distanciamento, o que desencadeia, no entender do autor, o aumento da liberdade pessoal, isto é, o indivíduo ganha a possibilidade de interagir, em diferentes contextos sociais, com um número extenso e diversificado de pessoas ou grupos, sem sofrer por isso qualquer sanção que advenha de formas de controlo social. No entanto, a liberdade de movimento tem um reverso que Simmel designa por “despersonalização” das condutas e dos comportamentos sociais. Em seu entender, existe uma relação clara entre o anonimato e a racionalização das relações sociais dominadas por um espírito calculista e utilitarista que se expressa, em grande parte, na burocratização da acção social.

A este respeito, Wirth chama a atenção para a proliferação de mecanismos de “nivelamento social” que se manifestam, por exemplo, na organização temporal da cidade, que provoca uma excessiva rotinização

da vida quotidiana. As tendências para a padronização encontram-se também nas formas de representação política e associativa ou no modo como os meios de comunicação difundem a sua mensagem a partir da noção de utilizador médio. Todos estes processos, referidos por Wirth, estão relacionados com a massificação dos vários sectores que compõem a sociedade (económico, político e cultural) e que se desenvolvem sobretudo no espaço metropolitano.

Como podemos ver, factores como a individualização e a heterogeneidade provocam uma série de fenómenos contraditórios na vida do espírito urbano, que tende simultaneamente para a liberdade de movimento e diversificação dos laços e interacções sociais e para a impessoalização dos contactos e despersonalização das vivências.

Por outro lado, estes factores são simultaneamente responsáveis pela alteração e substituição das formas tradicionais de solidariedade. A este respeito, é importante referir o trabalho de Durkheim (1989 [1893]) sobre o tipo de solidariedade preponderante na sociedade moderna e na sociedade tradicional. O autor caracteriza duas formas de solidariedade: a *mechanica*, definida a partir do princípio da semelhança, e a *orgânica*, que tem por base o princípio da diferenciação.

A primeira designa o tipo de ligação social dominante numa sociedade cuja consciência colectiva coincide com a consciência e personalidade individual. Neste caso, os indivíduos relacionam-se mecanicamente porque interiorizaram a noção de um “nós” comum do qual e para o qual todos os elementos tendem.

No segundo tipo de solidariedade, o laço social que se estabelece entre os indivíduos não é automático, na medida em que estes deixam de partilhar a mesma identidade e de executar funções similares. A personalidade individual e a vontade pessoal emancipam-se independentemente da consciência de pertença a um todo colectivo (a uma mesma sociedade

ou a uma mesma cidade). A solidariedade orgânica é característica das sociedades modernas, onde se generalizam a divisão e a especialização do trabalho. Por seu turno, a solidariedade mecânica é exclusiva das sociedades tradicionais. Com a generalização da divisão social do trabalho, as formas de solidariedade orgânica tendem a substituir as modalidades tradicionais.

Ao longo da caracterização dos vectores em causa, verificamos que a maior parte dos autores estabelece uma correspondência entre o tipo de configuração morfológica e o modo como se diferenciam as relações sociais entre os indivíduos. A este respeito, Durkheim foi o autor que mais contribuiu para a definição da matriz analítica que fundamenta a maior parte dos estudos sobre o rural e o urbano. Através da conjugação de vários conceitos propostos em diversas obras, o autor constrói uma lógica de raciocínio linear entre o nível de densidade material e de densidade dinâmica (que compõem um meio interno) e o conteúdo das relações sociais específicas do próprio meio. Neste sentido, facilmente se depreende que o aumento da densidade (material e dinâmica) desencadeia a generalização de formas de solidariedade orgânica e que, por seu turno, a solidariedade mecânica é específica de contextos de baixa densidade.

As transformações do rural

O espaço rural tem sofrido um conjunto de mudanças estruturais resultantes fundamentalmente do processo de urbanização que se estendem e penetram em áreas significativas das zonas rurais. No entanto, as influências da urbanização não podem ser vistas de forma homogênea, elas não se generalizam e não são apropriadas da mesma maneira pelas diferentes localidades e comunidades. Pelo contrário, todos esses processos compreendem uma série de modalidades advindas de diferentes relações estabelecidas entre a tradição e a modernização. Neste sentido, nem

é o moderno que invade e coloniza os espaços rurais, nem é a tradição que se apropria, à sua maneira, dos fenómenos urbanos. Existe uma inter-relação constante que depende dos contextos sociais.

A modernização e a urbanização que penetram em espaços considerados rurais resultam de processos activos e dinâmicos, desencadeados paralelamente pelas próprias comunidades locais, que interpretam e se apropriam singularmente de uma série de factores de ordem socioeconómica e sociocultural.

De qualquer modo, consideramos que é possível identificar certas tendências estruturais que são relativamente regulares às diferentes modalidades de urbanização. Referimo-nos às mudanças que ocorrem inevitavelmente na estrutura social - na qual é reforçado o peso de certas camadas sociais ligadas ao sector terciário e/ou à indústria, diminuindo, em contrapartida, a proporção de activos dedicados à agricultura - e à alteração dos modos e estilos de vida das populações locais, que tendem a assemelhar-se às práticas citadinas.

A urbanização deve ser encarada como um fenómeno complexo e pluridimensional, que assume diferentes formas sociais e configurações espaciais. As relações que se desenvolvem entre o urbano e o rural constituem um sem-número de valências difíceis de classificar (KAYSER, 1990). Por este motivo, não é nosso intuito propor uma tipologia de classificação. No entanto, pensamos ser de toda a pertinência salientar a multiplicidade de processos que caracterizam as formas diferenciadas de urbanização.

Como foi referido, a Sociologia concebe o modo de urbanização da sociedade por intermédio da noção de *continuum* espacial que se estende entre o urbano e o rural tradicional. Entre esses pólos estabelece-se uma área intermédia que é normalmente designada de periurbana e que se «(...) apresenta como um espaço de transição, muitas vezes num extenso espaço que combina ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos» (GAMA, 1987: 36).

Segundo esta concepção, o processo de urbanização expande-se de forma contínua por zonas rurais consideradas mais tradicionais, o que signi-

fica que as áreas contíguas e próximas dos centros urbanos terão primazia, em termos de modernização, relativamente às localidades rurais mais distantes.

Como podemos depreender, a noção de *continuum* é estruturada a partir da dualidade próximo-distante, estabelecendo-se, para o efeito, uma relação unívoca entre densidade material e densidade dinâmica, que tendem a desenvolver-se no mesmo sentido. Ou seja, as áreas periurbanas integram um maior dinamismo económico, ao mesmo tempo que conhecem um significativo aumento populacional, quando comparadas com as zonas rurais mais periféricas.

Essa concepção relativamente linear é muito utilizada para representar as transformações de ordem socioespacial. Contudo, entendemos que vai perdendo alguma eficácia interpretativa, na medida em que os processos contemporâneos de urbanização integram novas modalidades, cujas configurações tendem a assumir formas mais complexas e menos dualistas.

Assim, para além dos processos de periurbanização, as sociedades conhecem novas modalidades de urbanização e de industrialização difusa que se implantam e se localizam em regiões consideradas rurais (KAYSER, 1990, 1996; REIS E LIMA, 1998). Estes nódulos de desenvolvimento constituem-se em torno de uma série de factores de atracção relacionados nomeadamente com o melhoramento das acessibilidades, o baixo custo dos terrenos, a mão-de-obra barata... A este respeito, devemos também referir o caso de certas cidades de média dimensão, localizadas em regiões com uma forte componente rural, que têm conhecido algum dinamismo socioeconómico resultante essencialmente de processos ligados à industrialização e à terciarização (LABORIE, 1996; GASPAS, 2000)⁸.

Um outro factor de desenvolvimento relaciona-se com a revitalização e dinamização dos recursos naturais e patrimoniais, associadas a estratégias de desenvolvimento turístico e ambiental que acabam por atrair popula-

⁸ Estes processos vão ser analisados mais pormenorizadamente no ponto seguinte, no qual nos iremos debruçar sobre as formas de urbanização da sociedade portuguesa.

ção e introduzir factores de mudança nas estruturas sociais e económicas de determinadas regiões (JOLLIVET, 1997; NAVE, 2003; REIS E LIMA, 1998).

No entanto, em face desses focos de dinamismo assiste-se, simultaneamente, à marginalização de parte substancial das localidades rurais que sofrem processos complexos de esvaziamento populacional, envelhecimento e desmantelamento das estruturas e dos sistemas tradicionais, que não são substituídos por novas formas de organização social. Estas localidades, que se perdem no tempo e no espaço, estão e são cada vez mais excluídas dos mecanismos de modernização e de urbanização.

Todos esses fenómenos contribuem para a complexificação das formas de urbanização das áreas rurais e para uma efectiva desconcentração dos focos de urbanização, que tendem a proliferar e a penetrar nas várias zonas de cariz rural.

As mudanças estruturais que enunciámos provocaram uma série de alterações nos modos de vida rurais. A modernização das estruturas socioeconómicas está inevitavelmente associada ao aumento da mobilidade espacial. Este é, de facto, um dos indicadores mais demonstrativos da urbanização do meio rural, uma vez que tendem a aumentar as distâncias percorridas pelos indivíduos, assim como o nível de velocidade⁹.

À semelhança do que acontece nas grandes cidades, poderá generalizar-se, em algumas aldeias e vilas, a dissociação entre espaço de trabalho e espaço doméstico, na medida em que parte considerável da população tende a trabalhar em actividades não agrícolas que se situam a alguma distância da sua residência e, cada vez mais, fora da própria aldeia. Esta situação contribui claramente para diversificação das formas de sociabilidade, nomeadamente com pessoas ou grupos exteriores ao espaço da comunidade.

Relativamente às modalidades tradicionais de interconhecimento e controlo social, assiste-se a uma diluição da sua importância na estruturação

9 Rémy e Voyé (1994) salientam o impacto do aumento da mobilidade espacial nos meios rurais em vias de urbanização.

da vida quotidiana. Contudo, as relações de vizinhança continuam a ser bastante intensas na maior parte das localidades rurais.

A diversificação dos laços sociais associa-se normalmente à importação de novos estilos de vida mais urbanizados, que passam pela incorporação de novos valores e rotinas como, por exemplo, o aumento e a generalização dos hábitos de consumo, o alargamento do tempo dedicado ao lazer e, a frequência regular de espaços lúdicos e de divertimento, a importância atribuída à cultura e à instrução e socialização dos filhos, o acesso generalizado aos meios audiovisuais de comunicação e de informação de massa, etc.

Estas e outras práticas assemelham-se claramente aos modos de vida urbanos. No entanto, apesar da sua generalização, estes hábitos e valores de cariz urbano tendem a ser interpretados e assimilados à luz da cultura local e dos modos de vida tradicionais preexistentes.

Por exemplo, a generalização das relações de anonimato descritas por Simmel no início do século XX, para caracterizar a vida do espírito metropolitano, não se podem desenvolver da mesma forma em qualquer contexto aldeão, por mais que este sofra um intenso processo de urbanização. Na verdade, embora possa abrir-se ao exterior por intermédio de uma rede viária moderna ou através das novas formas de comunicação, o espaço da aldeia será sempre mais reduzido e restrito que o espaço citadino, o que limita objectivamente as possibilidades de anonimato. Por outro lado, as próprias culturas e identidades locais continuam a dar ênfase a um conjunto de práticas e rituais tradicionais que coexistem e, por vezes, entram em confronto com os comportamentos e condutas considerados mais urbanos (NEWBY, 1980; REMY, 1994; ALMEIDA, 1999; JENKINS, 1979; ESPÍRITO-SANTO, 1999).

Deste modo, as comunidades rurais que sofrem intensos processos de urbanização integram modalidades de diferenciação social distintas e,

em muitos casos singulares, que não podem ser tipificados de forma geral. A urbanização não desmantela devastadoramente as estruturas anteriores. Pelo contrário, estas tendem a interagir com as estruturas modernas, de modo a constituir determinado tipo de práticas e de comportamentos sociais que não são plenamente modernos nem puramente tradicionais.

Nas sociedades rurais tradicionais, a estrutura de classes caracterizava-se por uma efectiva bipolarização entre ricos e pobres (CUTILEIRO, 1977; SOBRAL 1999). O recurso fundamental, a partir do qual se diferenciavam os grupos sociais, tinha a ver com a extensão e a riqueza da propriedade agrícola¹⁰. Assim, os mais ricos (grandes lavradores ou grandes camponeses) eram os maiores proprietários. Por sua vez, o conjunto dos mais pobres era constituído pelos pequenos camponeses e pelas famílias não proprietárias, cujos chefes (e, por vezes, as mulheres) trabalhavam como assalariados agrícolas (os jornaleiros). Para além destes grupos sociais, podia existir uma série de indivíduos que exerciam uma actividade não agrícola, pertencentes normalmente à pequena burguesia tradicional.

Com a urbanização de algumas áreas rurais, a polarização social tende a esbater-se, devido a dois processos fundamentais de recomposição social que se relacionam com as mudanças socioeconómicas ocorridas em determinados espaços rurais. Um dos fenómenos de mudança mais estudados é designado pela noção de *pluriactividade*, que caracteriza a diversidade de actividades exercida, em diferentes sectores, pelo conjunto de elementos pertencentes a uma mesma família de origem camponesa¹¹. Deste modo, apesar de alguns familiares poderem trabalhar na indústria ou no sector terciário, o agregado doméstico consegue desenvolver várias

10 Os critérios para diferenciar a grande da pequena propriedade variam conforme o contexto regional. Por exemplo, em Portugal existe uma diferença muito clara entre as regiões do Sul, sobretudo o Alentejo, onde predomina o latifúndio, e as regiões de minifúndio localizadas a Norte (Ribeiro, 1998 [1945]).

11 Ver em Almeida (1999 [1986]), Barros e Mendes (1983), Hespanha (1994), Lourenço (1991), Lima (1990).

estratégias, com o objectivo de manter o usufruto da actividade agrícola. Neste sentido, a pluriactividade pode representar uma situação de plurirrendimento.

Porém, independentemente das diversas alterações, na maior parte das comunidades de origem camponesa continua-se a atribuir à terra um valor simbólico que transcende a mera riqueza material e a ostentação consumista. Na verdade, a propriedade agrícola ainda é o factor que garante um maior prestígio social, sendo, por isso, valorizada pela maior parte dos grupos sociais, que, apesar de tudo não deixam o seu pedaço de terra. Assim, também no que diz respeito às desigualdades sociais, as estruturas rurais e as estruturas urbanas se confrontam numa dialéctica constante.

Para uma visão integradora do espaço rural

Como pudemos depreender por intermédio da análise anterior, o meio rural tem vindo a sofrer uma série de alterações desencadeadas pelo processo de urbanização que afecta, com maior ou menor intensidade, os diferentes territórios. Do ponto de vista sociológico, a mudança tem sido interpretada a partir de diferentes perspectivas que tendem a enfatizar determinado factor em detrimento de outros. Neste sentido, salientam-se três visões teórico – empíricas que, para além de enquadrarem os diferentes modos de ver o mundo rural, apresentam estudos relativamente por-menorizados sobre determinadas realidades concretas.

A primeira perspectiva, que pode ser denominada de “eclipse do mundo rural”¹², entende que o processo de urbanização não só é irreversível, como tende a invadir a sociedade rural, no sentido de des-

12 Esta perspectiva é apresentada de uma forma muito crítica por alguns autores da Sociologia rural (NEWBY, 1983: 107-109; KAYSER, 1990: 16-17), que a consideram fortemente redutora e analiticamente hegemónica.

mantelar a maior parte das estruturas tradicionais. Estas tendem a ser progressivamente substituídas pelos factores de modernização, nomeadamente por formas estruturais de recomposição social e respectiva assimilação, por parte das populações, de modos e estilos de vida urbanos. Segundo esta perspectiva, o meio rural, ou tende a ser colonizado pela cidade – e, portanto, a periurbanizar-se -, ou vai-se paulatinamente marginalizando e desaparecendo, por intermédio da contínua drenagem demográfica e pelo envelhecimento.

Deste modo, as áreas rurais limítrofes das cidades (ou das zonas de industrialização difusa) tendem a tornar-se cada vez mais dependentes destas em termos económicos, sociais e culturais. A intensificação da mobilidade espacial é o indicador mais representativo do aumento deste nível de dependência, na medida em que a oferta de trabalho, o consumo massificado e as práticas de sociabilidade e de lazer tendem a desenvolver-se cada vez mais em espaços urbanos, levando a que as pessoas se desloquem com maior frequência.

De tal modo, que se generaliza nestes espaços, uma série de deslocações de tipo pendular, características dos subúrbios das grandes cidades. A adesão à vida urbana e a consequente erosão das estruturas tradicionais – expressa, entre outros factores, na perda de importância da actividade e do trabalho agrícolas – põem, assim, em causa a sobrevivência da sociedade rural tradicional que, em grande medida se estruturava em torno da agricultura. Para esta perspectiva, a existência de um espaço rural não agrícola é uma impossibilidade, representando, sem dúvida, o fim do próprio rural.

A segunda visão considera que o espaço rural está de facto a sofrer um conjunto de mutações que derivam da urbanização, mas que ocorrem tendo por base um processo de confronto e de negociação com as estruturas tradicionais¹³. No entender desta perspectiva, o mundo rural e, sobre-

13 Esta visão é desenvolvida por um conjunto alargado de autores que estudaram os processos de mudança ocorridos nas comunidades camponesas. Podemos destacar alguns estudos realizados em Portugal: Almeida (1999 [1986]); Lourenço (1991); Ribeiro (1997); Silva (1998); Sobral (1999); Wall (1998).

tudo, o mundo camponês tende a resistir (e também a adaptar-se) à generalização da sociedade urbana de cariz capitalista. Assim, se a visão anterior define um *continuum* no qual o pólo urbano tende a invadir as zonas rurais, essa perspectiva entende que se estabelece uma maior gradação entre os pólos que constituem esse mesmo *continuum*.

Esta gradação se expressa na capacidade de resistência de certas práticas tradicionais, como é o caso das modalidades de agricultura familiar, que não só persistem como se reconfiguram em função das recomposições profissionais desenvolvidas no seio da família camponesa. O fenómeno da pluriactividade é o que melhor identifica essa capacidade de resistência e de adaptação da agricultura campesina.

Ao contrário da visão anterior, a relação que se estabelece entre os factores modernos e tradicionais é mais complexa e menos unilateral. Contudo, considera-se que a sociedade camponesa perde grande parte da sua autonomia enquanto sistema fechado e relativamente homogéneo que estruturava fortemente a vida aldeã. A identidade colectiva definida em torno de um “nós” aglutinador cede lugar a uma pluralidade de vínculos e de referências identitárias que se geram e emanam dos mais diversos contextos sociais, internos ou externos aos espaços rurais. Assiste-se, assim, a uma negociação complexa, por vezes geradora de conflitos (nomeadamente de carácter geracional e de género), entre práticas sociais e referências identitárias modernas e tradicionais.

Por fim, emerge com especial relevo, a partir dos anos 90, uma visão que não apregoa o fim do espaço rural nem o caracteriza como um repositório de resistências ante a urbanização. Para esta perspectiva, certas zonas rurais tendem a emancipar-se em relação à noção de *continuum* urbano-rural, na medida em que integram factores próprios de dinamismo socioeconómico e sociodemográfico. A obra de Bernard Kayser intitulada *La Renaissance Rurale* (1990) representa o marco principal desta

nova concepção, que identifica, entre outros aspectos, um crescimento demográfico e um aumento dos efectivos a trabalhar em sectores não agrícolas em determinadas zonas rurais. Segundo esta visão, o rural pode gerar desenvolvimento, no sentido de atrair e de promover certas áreas de produção industrial e de prestação de serviços (sejam eles comerciais, turísticos, lúdicos, etc.). A gradual perda de importância social e económica da agricultura desencadeou, por parte dos agentes locais (indígenas ou imigrantes), a necessidade e a capacidade (ou a inevitabilidade) de dinamizarem actividades alternativas de carácter não agrícola.

Os factores geradores de desenvolvimento são muito diversificados, variando em função das sinergias locais, do interesse de um conjunto de entidades externas (empresas, organizações não governamentais...) e do conteúdo e alcance das políticas públicas. De tal modo que o espaço rural tende a autonomizar-se ante a noção de *continuum* urbano-rural.

De facto, segundo esta perspectiva, as comunidades rurais sofrem um conjunto de influências e de condicionantes externas (leia-se urbanas), mas detêm simultaneamente a capacidade de dinamizar factores de modernidade, a partir do desenvolvimento de recursos locais. Por exemplo, ganham importância os movimentos e as iniciativas de preservação ambiental e patrimonial, conjugadas, muitas vezes, com investimentos no turismo e na animação local (PERRIER-CORNET e HERVIEU, 2000; REIS E LIMA, 1998).

Desta forma, o rural (re)inventa-se porque se orienta para as especificidades locais: alguns elementos tradicionais que constituíam a sociedade rural passam a ser encarados como uma mais-valia que pode proporcionar a dinamização de factores de modernidade por intermédio da atracção e do investimento em capital (económico, social e cultural). Ou seja, ao contrário das perspectivas anteriores, considera-se que *tradição* e *modernização* podem não colidir - no sentido de provocar formas de

erosão ou de resistência - mas de gerar novas modalidades de desenvolvimento que se manifestam na vida rural¹⁴.

Como salientámos no início deste ponto, cada uma destas visões tende a enfatizar um fenómeno em detrimento de outros. Por isso, todas são, em certa medida, válidas pelo facto de se adequarem melhor à leitura de determinadas zonas rurais. Na verdade, não será difícil identificar factores de erosão da sociedade rural em espaços que sofrem actualmente intensos processos de urbanização por se situarem relativamente próximos de grandes ou médios centros urbanos. Como será relativamente fácil compreender que, em espaços rurais remotos, as estruturas tradicionais tendem a resistir com maior ou menor perseverança. Por seu turno, verificamos também que certas zonas rurais se afirmaram porque conseguiram reunir as condições fundamentais para se desenvolverem sem, contudo, terem deixado esvanecer parte das suas pertenças e referências identitárias (FERRÃO E LOPES, 2003).

As imagens do rural que se *eclipsa*, que *resiste* ou que se *reinventa* são sobretudo representações que tendem a conciliar determinados parâmetros teóricos com a análise empírica de certas realidades circunscritas¹⁵. Por este motivo, consideramos que o estudo do espaço rural deve integrar estas diferentes perspectivas no mesmo sistema de análise¹⁶.

Conclusão: o rural em construção

Como vimos, ao longo da história da sociologia o rural foi caracterizado em oposição à cidade urbanizada e industrializada. O significado

14 É nesta linha que alguns autores definem o espaço rural *pós-moderno* ou *pós-industrial* (JOLLIVET *et al.*, 1997).

15 Autores como Mathieu (1998) e Mormont (1996) elaboram uma boa sistematização sobre as várias representações sociais e leituras sociológicas que se construíram sobre o espaço rural ao longo do século XX.

16 Alguns trabalhos recentes têm salientado a importância de elaborar uma visão integradora do espaço rural: Mormont (1990); Berger e Rouzier (1995); Kayser (2000); Nave (2003).

sociológico do espaço rural foi em certa medida construído como a antítese da concepção do meio urbano. Na verdade, a sociedade “*folk*”, segundo a definição de Robert Redfield (1989 [1960]), organizava-se em torno de espaços fechados, relativamente imunes à modernização. Actualmente essa autonomia sistémica é uma impossibilidade, por mais remota e periférica que seja a localidade rural. De facto, como bem salienta Edward Shills (1992 [1974]), os sistemas sociais são cada vez mais interdependentes, não sendo possível a manutenção de sociedades plenamente (ou quase) autónomas.

O espaço rural é cada vez mais aberto e interdependente e a sua natureza deriva em grande medida da diferenciação social que advém dessa mesma abertura. É, portanto, um espaço relacional que ancora a sua especificidade na forma como se organiza a vida local.

Por isso, enquanto tal este deverá ser interpretado a partir de uma perspectiva dinâmica e pluridimensional, definida tendo por base o binómio *penetração / apropriação*. Isto é, o espaço rural sofre, sem dúvida, um conjunto profundo de alterações que resultam da penetração dos factores de urbanização. No entanto, estes não se generalizam uniformemente pelas diversas zonas rurais, por dois motivos essenciais: primeiro, porque o processo de urbanização não é em si homogéneo, variando em função dos contextos sociais e económicos em que é produzido (a influência de uma cidade pequena - ou média - sobre o espaço rural limítrofe não terá a mesma natureza da que é exercida por uma grande cidade); segundo, porque as comunidades rurais empreendem diferentes formas de apropriação das componentes urbanas, em função de um conjunto de especificidades locais, sejam elas de carácter socioeconómico, cultural, ambiental...

Deste modo, deixou de ser possível construir uma visão uniforme (um tipo ideal) da vida rural, na medida em que esta tende a integrar lógicas complexas e contraditórias, cuja leitura deverá considerar os contextos locais e regionais. Assim, só tendo em conta a realidade específica

das comunidades rurais será possível identificar diferentes modalidades de resistência ou de adaptação aos factores de modernização, bem como situações mais radicais de ruptura face aos elementos essenciais da vida tradicional.

Contudo, e apesar dos múltiplos sentidos que emanam da diversidade, entendemos que, do ponto de vista sociológico, é possível nomear pelo menos quatro condições interdependentes que caracterizam o significado particular da experiência rural.

A primeira diz respeito à relação conceptual apresentada por Simmel, segundo o qual a vida metropolitana se caracteriza por uma separação cada vez mais determinante entre proximidade física e proximidade mental (e social). A generalização do anonimato é sem dúvida o elemento mais representativo desta distinção. No meio rural esta separação não é tão acentuada, sendo muito difícil desenvolver continuamente relações de anonimato no seio de uma comunidade aldeã. Apesar do indivíduo deter maior autonomia para empreender a sua vontade pessoal - que já não se encontra tão vinculada à identidade colectiva - dificilmente a sua conduta será indiferente ou passará despercebida à percepção dos restantes aldeãos.

Devido à menor densidade populacional e de circulação, qualquer pessoa que se desloca no espaço aldeão (residente ou forasteiro) é automaticamente identificado, situação que dificilmente acontece na grande cidade. De facto, numa localidade rural a maior parte dos residentes incorpora naturalmente uma percepção em relação à forma como se desenvolve a circulação individual no espaço aldeão. Isto é, o indivíduo que passa na rua (ou noutra local da aldeia) é quase sempre identificado, seja como conhecido ou como desconhecido. Esta capacidade é impossível de empreender na grande cidade, com a excepção de alguns bairros populares muito circunscritos, normalmente envelhecidos, que detêm uma forte identidade sociocultural.

A importância do sector agrícola ainda é um elemento a considerar para a caracterização do meio rural. Embora nos países mais desenvolvi-

dos se tenha assistido a um decréscimo de activos a trabalhar neste sector, a sua proporção continua a ser mais relevante do que na maior parte das zonas urbanas. Por outro lado, a ligação à agricultura perdura em muitos agregados familiares rurais enquanto actividade secundária. Dificilmente encontramos esta situação nas maiores cidades, onde a área de terreno agrícola tende a ser claramente diminuta, se não mesmo inexistente.

O outro aspecto a ter em conta refere-se ao contacto com o ambiente natural, determinado pelo exercício regular ou irregular da actividade agrícola, pelo uso das potencialidade naturais para fins lúdicos ou pelo simples estímulo sensorial proporcionado pela presença da paisagem.

Por fim, a importância dos factores de ordem identitária e sociocultural que estão inscritos no espaço rural e nas respectivas vivências comunitárias e aldeãs. Cada comunidade herda e reinterpreta diferentemente o seu próprio património tradicional de cariz rural. Contudo, a capacidade de o preservar e de o reinventar deriva, acima de tudo, da forma como as comunidades se mobilizam e interagem perante um espaço cada vez mais relacional e interdependente.

Neste sentido, podemos dizer que, por intermédio dos aspectos considerados, é possível definir um denominador comum mínimo a partir do qual se identificam algumas das particularidades sociológicas que compõem a vida rural e que não se encontram no meio urbano. No entanto, é devido a estes (e outros) factores particulares de cariz local que as comunidades aldeãs detêm a capacidade de se apropriarem diferenciadamente das modalidades de urbanização. Daí que qualquer leitura integradora do espaço rural deva contemplar um sistema de interpretação que identifique as dinâmicas tanto de *penetração* como de *apropriação* dos factores de urbanização.

Sociological construction of the rural space: from opposition to appropriation

Abstract

The article proposes an analysis of the rural space based on its opposition / relationship with the urban space. In this sense, from the mid-nineteenth century until almost the last third of the twentieth century, the classical sociological analysis established a conceptual and analytical dichotomy between these two worlds; but at a certain moment the restrictive meaning of this dual vision was reformulated with the introduction of a more complex conception with a highly relational aspect. There are currently three perspectives on the rural model that emphasize different structural changes, which are not necessarily exclusive and alternative. On the contrary, the realities of the rural world are increasingly open to new ideas that do not necessarily fit the general trends that affect the urban areas.

Keywords: Rural space. Urban space. Social changes.

Referências

- ALMEIDA, João Ferreira de. **Classes sociais nos campos**. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- BARROS, Afonso de. A Sociologia rural perante a problemática do espaço. **Sociologia Problemas e Práticas**, n°8, p. 43-53. 1990.
- BARROS, Afonso de. **Do latifundismo à reforma agrária**: o caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1986.
- BARROS, Afonso de, e MENDES, Fernando Ribeiro. Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa. **Análise Social**, v. XIX, n°75, p. 57-78. 1983.
- BERGER, Alain, e ROUZIER, Jaques. L'espace rural, élargissement conceptuel et orientation méthodologique. **Économie Rurale**, n° 229, p. 3-10. 1995.
- BURGESS, Ernest. The growth of the city: an introduction to a research project. In: PARK, Robert E. e BURGESS, Ernest (Coord.). **The city**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984 [1925]. p. 47-62.

CARMO, Renato Miguel do. **De Aldeia a Subúrbio. Trinta Anos de uma Comunidade Alentejana**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

CARMO, Renato Miguel do. **Contributos para uma sociologia do espaço-tempo**. Oeiras: Celta Editora, 2006.

CARMO, Renato Miguel do. **Alentejo: entre a urbanização e a marginalização**. 2005. Dissertação (Doutoramento em Sociologia Geral) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

CUTILEIRO, José. **Ricos e pobres no Alentejo**. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

DURKHEIM, Emile. **A Divisão social do trabalho**. 3ª ed.. Lisboa: Editorial Presença, 1989 [1893].

DURKHEIM, Emile). **As Regras do método sociológico**. 3ª ed.. Lisboa: Editorial Presença, 1987 [1895].

FERRÃO, João, e LOPES, Raul. Zones rurales et capacité entrepreneuriale au Portugal: pratiques, représentations and politiques, **Géographies, Économie, Société**, nº5, p. 139-160. 2003.

GAMA, António. Indústria e peri-urbanização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 22, p. 33-54. 1987.

GASPAR, Jorge. Cidades médias e cidades intermédias: novas funções territoriais e novas formas urbanas em Portugal, In: BELLET, Carme e LLOP, Josep M. (Ed.). **Cidades intermédias: urbanización y sostenibilidad**. Lleida: Editorial Milénio, 2000. p. 125-140.

HESPANHA, Pedro. **Com os pés na terra**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

JENKINS, Robin. **Morte de uma aldeia portuguesa**. Lisboa: Querco, 1979.

JOLLIVET, Marcel. Les metamorphoses d'un rural incertain, In: JOLLIVET, Marcel (Dir.). **Vers un rural postindustrial**. Paris: L'Harmattan, 1997. p. 351-371.

KAYSER, Bernard. Des campagnes vivantes. In: KAYSER, Bernard (Dir.). **Naissance de nouvelle campagnes**. Marseille: Éditions de L' Aube, 1996. p. 7-22.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rural**. Paris: Armand Colin, 1990.

LABORIE, Jean-Paul. Les petites villes, chances de l'espace rural. In: KAYSER, Bernard (Dir.). **Naissance de nouvelle campagnes**. Marseille: Éditions de L' Aube, 1996. p. 37-50.

LIMA, Aida Valadas. Pluriactividade e integração espacial. **Sociologia Problemas e Práticas**, nº 8, p. 55-62. 1990.

LOURENÇO, Nelson. **Família rural e indústria**. Lisboa: Fragmentos, 1991.

MATHIEU, Nicole. La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les années quatre-vingt-dix. **Économie Rurale**, nº 247, p. 11-20. 1998.

MATHIEU, Nicole. Rural et urbain, unité et diversité dans les évolutions des modes d'habiter. In: JOLLIVET, Marcel e EIZNER, Nicole (Dir.). **L' Europe et ses campagnes**. Paris: Presses de Sciences, 1996. p. 187-215.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MORMONT, Marc. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: JOLLIVET, Marcel e EIZNER, Nicole (Dir.). **L' Europe et ses campagnes**. Paris: Presses de Sciences, 1996. p. 161-176.

MORMONT, Marc. Who is rural? Or, how to be rural: towards a sociology of the rural. In: MARSDEN, Terry *et al.* (Ed.). **Rural restructuring**. London: David Futon Publishers, 1990. p. 21-44.

NAVE, Joaquim Gil. Rural e os seus duplos. In José Portela e João Castro Caldas (org.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 129-148.

NEWBY, Howard. La sociología rural institucionalizada, In H. Newby e E. Sevilla-Guzman (coord.). **Introducción a la sociología rural**. Madrid: Ed. Alonza, 1983. p. 11-165.

NEWBY, Howard. Urbanization and the rural class structure: reflections on a case study. In: BUTTEL, F. e NEWBY, H. (Coord.). **The rural sociology advance societies**. London: Allanheld, 1980. p. 225-279.

O'NEILL, Juan Brian. Espaços sociais e grupos sociais no nordeste transmontano. In: O'NEILL, Juan B. e BRITO, Joaquim Pais de (Org.). **Lugares de aqui - actas do seminário "Terrenos Portugueses"**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991. p. 141-166.

O'NEILL, Brian Juan. **Proprietários, lavradores e jornaleiros: desigualdade social numa aldeia transmontana (1870 – 1976)**. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

PAHL, R. E.. The rural-urban continuum. **Sociologia Ruralis**, nº 3-4, p. 299- 326. 1966.

PERRIER-CORNET, Philippe, e HERVIEU, Bertrand. Les transformations des campagnes françaises: une vue d'ensemble. In PERRIER-CORNET, Philippe (Dir.). **Repenser les campagnes**. Gémenos: Éditions de l'Aube / Datar, 2002. p. 9-34.

REDFIELD, Robert. **The Little community and peasant society and culture**. Chicago: The University Chicago Press, 1989 [1960].

REIS, Manuela, e Lima, Aida Valadas de. Desenvolvimento, território e ambiente. In: VIEGAS, José Manuel e COSTA, Firmino da (Org.). **Portugal que modernidade?**. Oeiras: Celta Editora, 1998. p. 329-363.

RÉMY, Jean, e Voyé Lilliane. **A cidade: rumo a uma nova definição?**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

RIBEIRO, Manuela. **Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas em regiões de montanha**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1997.

RIBEIRO, Orlando. **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico**. 7ª ed.. Lisboa: Sá da Costa, 1998 [1945].

SANTO, Moisés Espírito. **Comunidade ao Norte do Tejo: seguido de vinte anos depois**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999.

SHILLS, Edward. **Centro e periferia**. Lisboa: Difel, 1992 [1974].

SILVA, Manuel Carlos. **Resistir e adaptar-se: constrangimento e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SIMMEL, Georg. **Fidelidade e gratidão e outros textos**. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, Carlos (Org). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta Editora, 1997 [1903]. p. 31-44.

SIMMEL, Georg. O cruzamento dos círculos sociais. In: CRUZ, Manuel Braga da (Org.). **Teorias sociológicas**. v. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 [1923]. p. 573-580.

SOBRAL, José Manuel. **Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

TÖNNIES, Ferdinand, *Comunidade e sociedade*, . In: CRUZ, Manuel Braga da (Org.). **Teorias sociológicas**. v. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 [1887]. p. 511-518.

WALL, Karin. **Famílias no campo: passado e presente em duas Famílias do Baixo-Minho**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: FORTUNA, Carlos (Org). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta Editora, 1997 [1938]. p. 45-66.

WRIGHT, Erik Olin. Análise de classes, história e emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº40, p. 3-36. 1994.

Recebido: 07/03/2007

Aceite final: 02/10/2007